

O SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU:

Uma análise do processo de evasão escolar e o currículo nas escolas do ensino secundário

THE EDUCATIONAL SYSTEM IN GUINEA-BISSAU:

An analysis of the teaching-learning process and the curriculum in secondary schools

EL SISTEMA EDUCATIVO EN GUINEA-BISSAU:

Un análisis de el proceso de escape escolar y el currículo en las escuelas educación secundaria

Nelsio Gomes Correia

Graduando em Sociologia pela Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Redenção/CE, Brasil
gomesnelsio@gmail.com.



<https://orcid.org/0000-0003-4440-9724>

Recebido em: 27/07/2022

Aceito para publicação: 18/01/2023

Resumo

Este artigo discute sobre o sistema educacional com ênfase na análise do processo da evasão escolar e o currículo nas escolas do ensino secundário na Guiné-Bissau. Neste intento, o artigo objetiva-se em compreender as razões da evasão e abandono escolar no ensino secundário. Considerando a natureza do objeto, foi utilizado neste trabalho, o procedimento metodológico qualitativo centrado na análise bibliográfica e documental, através das publicações científicas em periódicos tais como livros, artigos, monografias, documentos, teses e entre outras em busca de informações relevantes e pertinentes para o desenvolvimento da nossa temática. De acordo com as informações sobre o tema analisadas neste presente estudo, percebe-se que para minimizar as futuras consequências no setor educativo, o Estado deveria criar as políticas públicas educacionais voltadas à estabilidade dos sistemas de ensino para possibilitar o maior acesso e a permanência das pessoas mais desfavorecidas do ponto de vista socioeconômica para garantir uma educação igualitária e de qualidade para todos. Por fim, a fragilidade do setor educativo guineense, está relacionada a ausência de investimento na área da educação escolar, na formação de professores e na infraestrutura que possibilite condições para a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Ensino secundário. Construção dos currículos. Abandono escolar.

Abstract

This article discusses about the educational system with an emphasis on the teaching-learning process and the construction of curricular in the context of Guinea-Bissau's high school. Considering the nature of the object, we used in this article, the qualitative methodological procedure centered on bibliographic analysis through scientific publications in periodicals, in search of relevant and pertinent

information to our theme. Therefore, the results found in the present study suggest that in order to minimize future consequences in the educational sector, the State should create educational policies aimed at the stability of education systems. Anyway, considering the debate presented above, it can be pointed out that the theories of the authors contributed a lot in the construction of this work. Therefore, the relevance of this study aims to contribute in a way to demand the State to institute educational policies that enable the social inclusion of citizens in the teaching and learning process in Guinea-Bissau.

Key words: Guinea-Bissau, Educational system, Curriculum building, Global.

Resumen

Este artículo aborda el sistema educativo con énfasis en el análisis del proceso de deserción y el currículo en las escuelas secundarias de Guinea-Bissau. En ese intento, el artículo tiene como objetivo comprender las razones de la deserción escolar y la deserción en la educación secundaria. Considerando la naturaleza del objeto, en este trabajo se utilizó el procedimiento metodológico cualitativo, centrado en el análisis bibliográfico y documental, a través de publicaciones científicas en periódicos como libros, artículos, monografías, documentos, tesis y entre otros en busca de información relevante y pertinente para el desarrollo de nuestro tema. De acuerdo con la información sobre el tema analizada en este estudio, es claro que para minimizar las consecuencias futuras en el sector educativo, el Estado debe crear políticas públicas educativas dirigidas a la estabilidad de los sistemas educativos para posibilitar un mayor acceso y permanencia de los las personas más desfavorecidas desde el punto de vista socioeconómico para garantizar una educación igualitaria y de calidad para todos. Finalmente, la fragilidad del sector educativo guineano está relacionada con la falta de inversión en el área de educación escolar, en la formación de docentes y en la infraestructura que permita condiciones para el aprendizaje de los estudiantes.

Palabras clave: Guinea-Bissau. Enseñanza secundaria. Construcción de CV. Abandono escuela

Introdução

Este artigo, refere-se ao sistema educativo na Guiné-Bissau e realiza uma análise do processo da evasão escolar e o currículo nas escolas do ensino secundário. Como questões complementares, o estudo propõe também abordar e examinar os impactos que condicionam a paralisação do ensino público como um direito de todos e das causas motivadoras da evasão e abandono escolar na Guiné-Bissau.

A República da Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa), fica situada na costa oeste da África. E a sua capital é Bissau. O país dispõe 1.624.945 habitantes (estimativa de 2020), e é composta por mais de 20 grupos étnicos, cada qual com sua cultura, língua, história e identidade própria. A sua área total é de 36.125 km². É delimitada ao Norte pela República do Senegal, ao Leste e ao Sul com a República da Guiné-Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico. É formada pelo território continental e o Arquipélago dos Bijagós com 88 ilhas e ilhéus (INE, 2020). O português é a língua oficial, mas muitas pessoas falam a língua guineense (o crioulo), ou seja, a maioria, que é uma mistura de português com línguas étnicas faladas no país.

No entanto, o país é dividido em oito (8) regiões administrativas e mais um setor autônomo, sendo estas que se distribuem como se segue: Gabú e Bafatá, no leste do país; Tombali, Bolama e Ilha de Bijagós no Arquipélago e Quinará no Sul; Oio, Cacheu e Biombo, ao norte e um Sector Autónomo de Bissau (a capital), a maior cidade da Guiné-Bissau.

A justificativa pela escolha dessa temática, emergiu por meio da compreensão que a educação é uma das áreas mais relevantes que pode promover o desenvolvimento da nação guineense. Para isso, a responsabilidade deve ser assumida pelo Estado para tornar a educação formal inclusiva, para todas as pessoas, e com qualidade, incluindo a formação de professores. Contudo, a educação guineense sofre de contínua desvalorização do sector em que não se observa investimentos significativos por parte dos governantes guineenses a muitos anos, para permitir o funcionamento adequado.

Nesta mesma perspectiva, entende-se que a relevância da pesquisa, de modo geral, é somar-se aos trabalhos já realizados sobre essa temática, constituindo-se como mais uma força que denuncia, mas que também ao denunciar o pouco investimento e a necessidade da qualidade do ensino guineense, o que envolve o acesso e a permanência de estudantes nas escolas, constitui-se como uma exigência de atenção a educação, sobretudo a educação básica. Tem-se o intento de auxiliar nos estudos que serão desenvolvidos após esse especificamente na compreensão do funcionamento do sistema educativo guineense e como ocorre a construção do currículo escolar no ensino secundário e como este deve levar em consideração os valores étnicos bem como éticos e morais que orientam a prática pedagógica, as necessidades e condições dos estudantes, o ambiente escolar. Espera-se assim, que este trabalho somado a outros possa vir a contribuir para alterar a realidade pesquisada.

Em vista disso que a importância deste estudo, vai contribuir nos trabalhos dos estudantes acadêmicos, sobretudo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). E em particular os pesquisadores do sistema educacional na Guiné-Bissau, relacionado ao tema e no que toca com os obstáculos como greves e os alunos que estão fora do sistema educativo. Esta pesquisa poderá servir como solução para resolução desses entraves através dos debates nos fóruns, conferências, simpósios etc.

Neste trabalho compromete-se em compreender a carência e mau funcionamento escolar e o objetivo do currículo no ensino secundário, sobretudo no que se refere a evasão escolar. Desta forma, pode-se dizer que as barreiras que devem ser superadas para solucionar esse problema é resgatar o sector educativo das sucessivas greves que influenciam na paralisação e no funcionamento inadequado do sistema educacional. Que de certa maneira, às vezes, resulta em razão da ausência de remuneração dos salários e da valorização da carreira docente que é um dever dinâmico com o compromisso para a formação de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

No entanto, é entendido que a fragilidade da educação nesse país está relacionada com as sucessivas instabilidades governativas e do não pagamento dos salários que tem influenciado em greves na educação. Com base nisso, pode-se questionar: será que a fragilidade do sistema educativo tem a ver com as tensões políticas? Como é que as políticas públicas educacionais podem contribuir para a estabilidade do sistema educacional e do ensino-aprendizagem? Sendo assim, a escolha desta temática justifica-se mediante as experiências vivenciadas no país desde a educação básica na qual experimentamos enormes dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem por causa da fragilidade do sistema educativo e dos prejuízos das greves.

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa, é compreender as razões da evasão e abandono escolar no ensino secundário. Tendo como objetivos específicos: analisar a forma de elaboração de currículos e o processo de ensino e aprendizagem; compreender os fatores

responsáveis pelo atraso e a paralisação do sector educativo guineense; identificar as consequências que afetam o funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade; e definir as políticas educacionais para redução do abandono e evasão escolar.

Levando em consideração a natureza da temática, utilizamos neste artigo, o procedimento metodológico qualitativo centrado na análise bibliográfica e documental, mediante a revisão da literatura, das publicações científicas em periódicos, livros, artigos, monografias, documentos normativos, etc. Dessa forma, dialogando com diferentes obras produzidas por autores(as) sobre a educação na Guiné-Bissau, tais como Cá (2000 e 2008); Romão (2012); Odete Semedo (2011); Fati (2018); Morgado (2016); Mendes (2019 e 2021) e entre outros intelectuais, que embasaram para o desenvolvimento deste estudo assentado principalmente em busca de dados relevantes e pertinentes a nossa temática.

Nesta essência, na coleta dos dados, examinamos os textos e documentos com normas que orientam a educação guineense e por último, extraímos as ideias mais relevantes e pertinentes ao nosso trabalho. Estas informações são significativas e mostram que para minimizar as futuras consequências no setor educativo, o Estado deve criar as políticas públicas educacionais que proporcionam o desenvolvimento da educação escolar. E ademais, promover uma educação igualitária aos cidadãos em todo o país. Compreende-se que assim é uma das formas que poderá minimizar os efeitos negativos do “analfabetismo” na sociedade guineense.

No que se refere a estrutura organizacional, o trabalho é composto por cinco (5) partes que se seguem: a primeira, trata-se da educação como um direito primordial para todos(as) em que aponta que o acesso deve ser para todos(as); a segunda, aborda acerca da construção de um currículo emancipador na Guiné-Bissau, na qual apresenta a relevância da criação de um currículo crítico-independente como forma de resistência para solucionar a violência curricular; enquanto que a terceira, ressalta as causas da evasão e abandono escolar na Guiné-Bissau, em que busca entender os fatores influenciadores dessa circunstância; a quarta, refere-se a educação como uma prática da liberdade e de ensinar-aprender para transformação da realidade social, em que disserta-se sobre o ensino como o ato de autonomia e do ensino-aprendizagem nas escolas como forma viável para o desenvolvimento da sociedade guineense; entretanto a quinta parte que é a última, aborda sobre a necessidade de descolonização dos currículos: para emancipação social e política, neste âmbito, demonstra como é muito necessário trazer outros saberes locais invisibilizados dentro do currículo que está mais voltado na difusão e no ensinamento dos conhecimentos do Ocidente que continuam criando obstáculos para o surgimento dos pensadores revolucionários locais que podem auxiliar na emancipação da sociedade e política.

A EDUCAÇÃO: UM DIREITO PRIMORDIAL PARA TODOS

Na época anterior à colonização portuguesa na Guiné-Bissau, a forma de organização social assentava-se na produção destinada para o bem de todos na comunidade, isto é, na sociedade tradicional desse período, a forma de produzir e sobreviver era através da terra, o patrimônio que servia para o benefício de toda a família. Mas, numa concepção genérica que incluía os parentes mais distantes, a divisão do trabalho era baseada entre os sexos e a mulher desempenhava funções como a produtora agrícola e tirava o conhecimento da

natureza em que vivia para sobreviver e assim como ao seu sustento com a família (CÁ, 2005).

Entretanto, ressalta-se que antes da invasão colonial no país, não havia as instituições escolares como se verifica atualmente. Uma vez que, a educação trata-se da obtenção dos conhecimentos e regras que orientam o comportamento das pessoas em qualquer sociedade em que é notável a convivência humana ligada através das relações de interdependência. Por esse motivo que, a falta das instituições escolares na Guiné-Bissau durante a época anterior a colonização, não significa que não existisse o processo de ensino-aprendizagem, visto que se referia a cultura oral que foi silenciada pela “cultura escrita europeia” (CÁ, 2000).

Mendes (2021), diz que as zonas libertadas principalmente aquelas que possuíam pequenos espaços geográficos que estão fora do domínio colonial português eram governadas politicamente e militarmente pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Sendo o maior partido guineense então liderado pelo Amílcar Cabral (um dos fundadores) e alguns companheiros que lutaram contra o regime colonial português desde o início da luta armada em 23 de janeiro de 1963 a 24 de setembro de 1973.

Além de tudo, durante esse período, as escolas que foram construídas ocupavam dois terços do território nacional e nessa mesma época realizavam um papel muito significativo no processo de alfabetização, incentivando a emancipação social e política a fim de resgatar o povo nativo e o país sob o controle do colonialismo português que subordinava a população. Após a independência, houve sucessivas crises econômicas que influenciaram a precariedade da educação na Guiné-Bissau. Diante dessa situação, aconteceu um conflito armado e o seu início pode ser averiguado perante as acusações que o presidente João Bernardo Vieira fez ao Brigadeiro General Ansumane Mané de estar envolvido no tráfico das armas para as tropas de Casamança. Em decorrência disso, assistiu-se à destituição do cargo de Chefia das Forças Armadas por ordens do Ex-Presidente João Bernardo Vieira. Esse ato foi o que acabou por gerar uma guerra civil, ou seja, o conflito militar também mais conhecido como a guerra de 7 de junho de 1998 na Guiné-Bissau, que teve o seu fim em 10 de maio de 1999 (TEIXEIRA, 2006).

No decorrer desse confronto armado, existiam os aliados do Presidente João Bernardo Vieira e do General Ansumane Mané. Nesta guerra, o país foi destruído por completo mediante esse clima de terror na qual morreram milhares de pessoas inocentes incluindo a perda dos bens materiais como a destruição das instituições de ensino nos seus diferentes níveis, das indústrias, infraestruturas de saúde entre outros. Assim como, no bloqueio total de todas as instituições estatais por razões desse conflito militar que afundou a nação guineense no estado de caos irreversível por motivos da ausência do diálogo entre ambos e das divergências.

Por conseguinte, a guerra civil de 7 de junho de 1998 destruiu inúmeras infraestruturas estatais, privadas e não só, impossibilitou vários auxílios dos organismos internacionais na área da educação, saúde e o combate à pobreza para a Guiné-Bissau. Esse conflito armado colocou em ameaça todos os avanços alcançados no país e piorou todos os setores sociais, incluindo a precariedade do ensino e a falta de recursos financeiros que o país se deparava antes desse período. Houve também a ausência de uma política voltada para a formação dos professores em distintas áreas da educação.

Perante o exposto, Semedo (2011), diz que:

Em 1997 teve início uma nova experiência em “alfabetização de mulheres e raparigas” através de um projecto piloto apoiado por PNUD/UNESCO e UNICEF tendo sido alfabetizado durante o ano lectivo de 1997/1998 um total de 2.239 alfabetizando, dos quais 1.771 mulheres e 468 homens. Essas experiências viriam a ser interrompidas pelo conflito político-militar em Junho de 1998. O conflito de 1998/99 acabou fortemente o apoio dos financiadores do sector educativo e só a partir de 2000 as acções em curso antes da guerra foram retomadas, porém, muito timidamente. Actualmente, os parceiros do desenvolvimento mais activos no sector são o Banco Mundial, União Européia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), PLAN internacional (organização não-governamental humanitária, que trabalha pelo bem das crianças entre outras), o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) e Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) [...] (SEMEDO, 2011, s/p.).

Hoje em dia, os debates estão centralizados sobre a educação, o processo de ensino-aprendizagem e o papel dos professores e suas relações com os alunos nas escolas, desde o ensino fundamental, médio e nas universidades. No entanto, estes assuntos são presentes tanto no âmbito acadêmico, político, cultural e social, e na maioria das pautas defendidas por atores educativos fundamentam-se na ideia de que a educação é um setor principal e chave para o desenvolvimento de qualquer nação.

Nessa concepção, Mendes (2019) destaca que a educação na Guiné-Bissau nunca foi prioridade por parte dos governantes guineenses até nos dias de hoje e que deveria existir um engajamento a nível nacional para colocar a educação como preferência. Contudo, enquanto não há um compromisso com a própria nação estabelecendo o diálogo para evitar as divergências políticas que geram a instabilidade governativa, jamais haverá uma educação para todos e de qualidade.

De outra forma, se constata que inúmeras nomeações para ocuparem cargos no Ministério Nacional da Educação (MNE), são de tendência política e muitas vezes não são pessoas com capacidades para o exercício das suas funções que foram incumbidas para exercerem. Tais aspectos repercutem negativamente no sector educativo guineense. No que tange ao retrocesso da educação no país, as sucessivas greves apresentam maior consequência no sistema educacional até na época atual.

Consideramos também que é muito necessário inserir no currículo escolar as histórias que relatam as lutas e as resistências realizadas por diferentes grupos étnicos no país contra o regime colonial português. Similarmente inclusive dos saberes que cada etnia têm e suas práticas culturais que de certa maneira representam as suas identidades como povo guineense. Mas levamos em conta que em cada currículo escolar sempre é verificado a disputa dos conhecimentos que serão implementados nele, sendo que é compreendido como um território em disputa. Contudo é indispensável a inclusão dos diferentes conhecimentos para evitar a exclusão dos outros.

Nos debates relativamente à educação, percebe-se que as inconveniências afetam as escolas e o processo de ensino-aprendizagem, elas atingem, da mesma forma, os docentes, as famílias e as comunidades na qual esses sujeitos estão inseridos e de forma geral atinge drasticamente o sector de ensino em diversas etapas. Isso acontece mediante a expansão das políticas educativas globais feitas por influências externas que os países do Sul global são exigidos

para cumprir algumas agendas. Ou seja, aceitar a inclusão das propostas das ideologias externas que exigem dos governantes dessas nações a realizarem algumas alterações nos currículos, o que acaba afetando todo o sistema educativo gerando a exclusão dos saberes populares (APPLE, 1982).

De acordo com Morgado et al. (2016), a Guiné-Bissau como um dos países mais pobres do mundo não poderia escapar das exigências dos países hegemônicos sendo que é um país dependente da ajuda externa. Certamente que isso levou o Estado guineense aderir e cumprir as agendas globais, visto que não tem autonomia sobre as suas políticas educacionais e nem na elaboração dos currículos escolares. Dado isso, se observa que várias vezes na construção do currículo nacional onde os saberes endógenos, as memórias e as identidades do povo guineense são sempre excluídas nos currículos.

Sendo assim, constata-se que a maioria dos currículos escolares desde o ensino fundamental, secundário e superior carregam em si ensinamentos eurocêntricos que nem o Estado não posiciona sobre o que diz respeito a descolonização dos currículos. Posto isto, deveriam ser incorporados os saberes populares, histórias da luta armada que o povo guineense enfrentou durante 11 anos em combate ao regime colonial que subjuguou o mesmo povo e rejeitou a sua cultura e as suas identidades étnicas, colocando-o em condição de inferioridade, subalternidade e de primitivismo.

Por outro lado, é importante levarmos em consideração que um currículo é uma ferramenta sempre em polêmica e de pressão. Em vista disso, acreditamos que qualquer currículo escolar pode sofrer influências externas assim como acontece com os currículos do sistema educativo guineense. Assim como, os currículos de diferentes níveis de escolaridade sofrem muitas pressões externas em especial das políticas educacionais globais e muitas vezes ocorre as negociações na implementação das políticas curriculares que na elaboração se nota a heterogeneidade dos assuntos mais amplos e das perspectivas locais.

De modo geral, é averiguado atualmente que a política educacional global tem gerado inúmeros efeitos de forma direta e indireta em várias nações do universo por causa da globalização e do intercâmbio sobre a reforma educativa em todos os níveis de ensino e em cada instituição escolar. Isso tem possibilitado a instituição de regulamento de redes transnacionais de especialistas o que tem fomentado enormes transformações à nível da educação e nos processos de elaboração de políticas educacionais no âmbito global, o que pode ser entendido como “teoria do empréstimo de políticas” (VERGER, 2019).

No contexto guineense, pode-se averiguar na atualidade os conteúdos lecionados nas distintas instituições de ensino tanto de rede públicas e particulares, nos currículos destas instituições escolares, as temáticas que são ensinadas para o aprendizado das crianças, jovens e adultos muitas vezes não incluem os saberes endógenos. Esta inclusão, poderia permitir os professores ensinarem os alunos as histórias dos povos que constituem a própria nação em que as escolas estão inseridas e das suas contribuições nas lutas para a independência. Devido ao déficit destes ensinamentos, os alunos acabam desconhecendo a história do país em que vivem.

Nesta essência, é constatado que os currículos que são elaborados em todas as fases de ensino em diferentes países, estão seguindo o modelo da política global sobre a educação promovida por governantes das nações dominantes. Deste modo, privilegiando assim, os conhecimentos oriundos do Norte global que possuem o intuito de expandir as ideologias

euro-americanas. Esta intenção é para conseguirem a inclusão das políticas globais que envolvem diferentes áreas de conhecimento e em especial no contexto da educação em todos os níveis da escolaridade, visando a unificação dos saberes e das culturas de todos os povos. Diante disso, John W. Meyer ressalta que:

A educação formal dos jovens cidadãos é agora uma característica onipresente da comunidade mundial de nações. Em termos quantitativos, as matrículas nos sistemas de educação em massa expandiram-se enormemente nas últimas décadas, de modo que mais de 90% das crianças do mundo estão matriculadas em escolas primárias ou pós-primárias durante parte de suas vidas. Em geral, os sistemas escolares nacionais são obrigatórios, com duração substancial, e definidos e prescritos pelas autoridades governamentais centrais. A educação em massa, em quase todos os lugares, pretende claramente ser o meio dominante da transmissão intergeracional da cultura (MEYER, et al. 1992, p. 16).

O sistema educacional de cada nação, submete-se a essas normas impostas pelos países dominantes do Norte global, o que possibilita a transmissão do conhecimento e da cultura para as nações do Sul global. Isso permite que os governantes desses países subordinados por essas nações hegemônicas e como responsáveis pela educação a incluam as ideologias externas. Desta forma, estes obrigam algumas alterações nos currículos, o que acaba afetando todo o sistema educativo através das várias instâncias variáveis conforme a condição social, econômica, política e cultural em diferentes etapas.

Conforme Semedo (2011, p.1) “Falar da educação na Guiné-Bissau, para a maioria dos guineenses, é falar de problemas que começam com a falta de salas de aulas, de professores qualificados e que terminam com uma alta taxa de repetência, de desistência”.

A educação no âmbito guineense é um dos setores mais desvalorizados pelos sucessivos governos no país. Já que não conseguem colocar em prioridade nas suas agendas políticas o investimento nesta área muito significativa e como chave para o desenvolvimento da própria nação. Porém, menosprezam a mudança que a educação escolar pode fazer no homem e na sociedade, por esta razão, não preocupam em investir neste sector.

Entretanto, pode-se afirmar que há carências de infraestrutura escolar tanto em Bissau e assim como nas regiões na qual se habita a maioria da população do país. Uma vez que muitas crianças, jovens e adultos incluindo a maioria da população guineense não têm acesso à educação. Essa má política dos governos guineenses contribuiu amplamente para o crescimento do “analfabetismo” no país. Salienta-se, que existe a ausência da política de formação continuada para os professores, que poderia possibilitar deste modo, lecionarem em diferentes áreas de ensino, envolvendo baixos salários em atrasos e raramente não remunerados.

Posto isto, a educação além de ser a chave para o desenvolvimento de um país mais competitivo na qual se formam os homens críticos em defesa da cidadania, será fornecida em primeiro lugar, pela família e posteriormente pelo Estado. Deste modo, é um direito fundamental pertencente a toda população guineense (FATI, 2018).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a Lei de Bases do Sistema Educativo no seu Artigo 1º recomenda:

- d) Promover a participação de toda a população guineense, designadamente, alunos, pais e encarregados de educação, docentes e outros actores do processo de educação, na definição da política educativa e na administração escolar; e)

Promover no que concerne aos benefícios da educação, ciência e cultura, a correção das assimetrias locais; f) Garantir uma escolaridade de nova oportunidade a pessoas que não beneficiaram da escolaridade em tempo oportuno e àquelas que, por motivos profissionais e de elevação do nível cultural, pretendem entrar no sistema; g) Garantir a ambos os sexos a igualdade de oportunidade; h) Contribuir para a salvaguarda e aprofundamento do nosso diversificado patrimônio cultural (LBSE, Art. 1º, 2010, p. 3).

Sendo assim, é necessário a criação de políticas educacionais que oportunizem a participação de todos os guineenses no processo de educação, tanto na determinação da política assim como na gestão das escolas. Criar condições para que toda a população tenha acesso aos benefícios da educação e combater todos os entraves locais. Porque o Estado deve cumprir o seu dever presente na Constituição do país, que garante que todos tenham acesso à escola. Apesar de existir os que estão fora do sistema educativo por razões de ausência de oportunidade, por questões culturais ou cumprimentos de rituais étnicos de passagem.

Dessa forma, a obrigação do Estado guineense é de criar políticas educacionais de uma certa forma para atender a demanda do povo. Uma vez que, todos devem ter acesso à educação de qualidade independentemente da classe social, situação econômica, cor, grupo étnico, religião etc. Quando este dever deixa de ser cumprido pelo Estado, este acaba violando os direitos das pessoas, contribuindo assim na exclusão social da maioria por não ter cedido os seus direitos (THOMAZ; OLIVEIRA, 2009).

Como um direito fundamental para todos guineenses, Semedo (2011) afirma que:

Assim, o que deveria ser um direito elementar – pois proporcionar o direito à educação às crianças é básico, porquanto se trata de um alicerce para a participação do indivíduo no seu exercício da cidadania passa a ser algo reservado aos que têm possibilidades econômicas e uma grande batalha para os que vivem no limiar da pobreza. Nas nossas zonas rurais, essas dificuldades acabam sendo maiores, pois que, se nos centros urbanos e semi-urbanos as dificuldades de acesso são grandes, no campo, essas são ainda maiores (SEMEDO, 2011, p.1).

À vista disso, compreendemos que, quando dissemos que o direito à educação é para todos, isto quer dizer que a aquisição dos conhecimentos para a formação de novos quadros deveria ser descentralizada para toda a população. E a partir da criação das políticas públicas educacionais vai permitir a maior descentralização das escolas para todo o território nacional, facilitando o acesso à escola para as pessoas que residem nos lugares periféricos. Assim, estas vão poder ter a possibilidade de entrar na escola e aqueles que pertencem a famílias de baixos rendimentos econômicos possam conseguir ter acesso à educação. Desta forma, possibilitando com que os jovens da periferia e da zona rural desfrutem de uma formação voltada para uma vida melhor nas suas comunidades sem precisar se deslocar para Bissau.

Como a educação é um direito fundamental para todos e a responsabilidade do Estado e da família, deve ser motivada e mantida em parceria com a sociedade. Tendo em vista o pleno desenvolvimento intelectual do ser humano e em particular do indivíduo a fim de lhe preparar melhor para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. Contudo, como um direito inseparável ao ser humano, a educação também é muito fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação, tanto em aspecto socioeconômico e cultural.

Por isso, Amurabi Oliveira (2018, p.60), diz que “a questão da desigualdade de oportunidade, ou mais especificamente, a relação entre sistemas de ensino e desigualdades sociais, torna-se o grande tema da Sociologia da Educação”. Em vista disso, entende-se que de certa forma a Sociologia da Educação preocupa-se muito em compreender as dinâmicas desses cenários que são muito frequentes no âmbito da educação. Diante disso, ela quer o envolvimento de todos na práxis escolar para a promoção de um ensino mais produtivo e participativo para a formação de um cidadão crítico.

De acordo com Libâneo (2017), a escola é um espaço educativo em que a formação do aluno não depende apenas do professor como principal educador, mas a família possui uma contribuição importantíssima neste processo. Por esse motivo, que a escola é encarada como um espaço de cruzamento de culturas, visto que, muitas vezes a realidade do aluno é totalmente distinta com a do seu educador e até entre os alunos isso é muito observado. Porque todos possuem conhecimentos distintos e não vivem na mesma sociedade e a educação dada por cada família é totalmente diferente. Da mesma maneira que a relação entre ambos na escola seja entendida como troca de experiências.

Perante o exposto, a escola é uma unidade indispensável para a formação dos cidadãos e também é um espaço para a realização dos objetivos almejados por indivíduos e além disso, ela exige a participação dos discentes na construção dos conhecimentos, contribuindo assim para a evolução do sistema educativo. Neste sentido, o papel do Estado guineense além de possuir o dever de descentralização de ensino para que todos tenham acesso, deve outorgar às escolas o poder da decisão e de maior autonomia.

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO EMANCIPADOR NA GUINÉ-BISSAU

Na organização dos conteúdos para tratar de qualquer assunto e atingir um propósito exige agrupar diferentes informações em um só documento e isso constitui-se a estrutura principal das teorias do currículo. Nele, podemos encontrar diferentes discussões curriculares que abordam os procedimentos técnicos, profissionais e trajetórias de vida. Nesta essência, percebe-se que foi dessa forma que começou a surgir os currículos que trazem as discussões pedagógicas, identidades culturais etc. Estes currículos podem ser de cunho instrumental, político e técnico e neles todas as matérias são organizadas para diferentes finalidades.

Conforme Silva (1999), o currículo é supostamente a especificação necessária de objetivos, e é também todos os procedimentos e métodos para a aquisição de resultados qualificados. Ainda, nas teorias curriculares são problematizadas as questões da identidade ou da subjetividade. Contudo, a etimologia da palavra currículo vem da origem latim *curriculum*, que significa a trajetória de vida, curso ou profissão. Ou seja, pode-se dizer também que é a obtenção de objetivos delineados.

Posto isto, considera-se que o currículo é a seleção de determinados conhecimentos para as práticas de ensino-aprendizagem na educação e é produzido com base em contexto sócio-históricos definidos, devendo levar em consideração os saberes populares ou endógenos de uma certa nação ou sociedade. Isto é, onde a instituição escolar está inserida, buscando garantir aos educandos o direito à riqueza de conhecimentos e de cultura elaborados coletivamente.

No contexto da Guiné-Bissau, a ideia do currículo perde a sua autonomia e acaba sendo reduzida por vários fatores que envolvem sobretudo os responsáveis da educação e dos conteúdos exógenos que são incorporados nele para cumprir a ideologia de uma certa

agenda política educacional global. Trata-se principalmente da influência eurocêntrica com caráter hegemônico que inviabiliza o ensino dos outros saberes. Ou seja, não admite a existência da heterogeneidade dos conhecimentos, sendo que os saberes não oriundos do ocidente, principalmente dos nativos guineenses considerados não válidos cientificamente (CÁ, 2008).

Sendo assim Kemmis (1998, p. 14 apud Macedo, et al. 2012, p. 9), afirma que o “currículo é um terreno prático socialmente construído, historicamente formado que não se reduz a problemas de aplicação de saberes especializados desenvolvidos por outras disciplinas, mas que possui um corpo disciplinar próprio”. Dessa forma, compreende-se que no currículo podemos encontrar vários saberes que servem para o nosso aprendizado diário.

No que concerne a essa ideia, o Estado da Guiné-Bissau deve considerar o currículo como uma prática social e uma ferramenta que serve para a formação dos cidadãos. Também, o currículo, envolve a existência humana, a identidade cultural e da história, sobretudo do povo guineense. Há muito tempo a maioria das crianças, jovens e adultos não dispõem de acesso à educação como um direito fundamental que um Estado democrático deve assumir com toda responsabilidade de conceder aos cidadãos de diferentes classes sociais. Isto porque é necessário para a redução do “analfabetismo” em todo o território nacional e em combate à pobreza para a promoção de um desenvolvimento sustentável e participativo envolvendo o povo.

Para Cá (2008), o currículo abrange a construção de significados e valores culturais e deve estar comprometido com a realidade dos sujeitos. Desse modo, não se deve limitar somente à transmissão das informações e de determinados conhecimentos, tem que estar relacionado com o espaço no qual os indivíduos se produzem e instituem sentidos aos valores inerentes a sociedade em que estão habitualmente interligados para uma organização social assentada na vida coletiva.

Portanto, as críticas da Sociologia da Educação fundamentam-se sobre o padrão e o funcionamento da educação institucionalizada nos países desenvolvidos sobretudo do Norte global, que constantemente pretendem universalizar as suas ideologias especialmente no âmbito educativo. Nesta situação, os países em vias de desenvolvimento, como no caso da Guiné-Bissau, acabam por adotar essas políticas de natureza hegemônica em todos os currículos educacionais para diferentes níveis de ensino. Dessa forma, reconhecendo os ensinamentos e a cultura eurocêntrica, legitimando os conhecimentos exógenos e menosprezando as diversidades de saberes e culturas antrópicas existentes no país.

Com certeza, nenhum currículo é neutro, nele sempre se encontra a disputa pelo poder no que diz respeito sobre o que deve ser ensinado e o que não possui relevância do ponto de vista científico. E, nessa disputa, os saberes populares ou endógenos acabam sendo retirados no decorrer da construção dos currículos em distintos níveis de escolaridade. Isso ocorre num país como a Guiné-Bissau quando o Estado deixa de investir em educação escolar e de instituir as políticas públicas educacionais. Assim, perde a sua autonomia na formação dos currículos contribuindo para a extinção da história local. Mas estes currículos sofrem influência externa.

Quando se trata de um currículo emancipador, refere-se a um currículo no qual existe a diversidade de saberes. Também, onde não se deve basear-se no pertencimento de um indivíduo de um determinado continente, povo ou de uma certa nação. Isso faz com que

nenhum conhecimento dependendo do seu lugar de origem seja excluído por não se adequar a um certo padrão específico. Por isso, vê-se a presença de uma heterogeneidade dos saberes nesse currículo, evitando assim, a rejeição e a invisibilização das diversidades dos conhecimentos (ROMÃO; GODOTTI, 2012).

A tendência heterodoxa desse currículo, permite que os povos, outrora, invisibilizados historicamente reivindicam, também, os seus direitos menosprezados e é nesse âmbito que a educação necessita avançar para compreender melhor o significado da diversidade cultural. No entanto, temos percebido que o estabelecimento de padrões culturais, cognitivos e sociais acabam contribuindo mais para a exclusão das pessoas pertencentes a uma certa classe social – em especial a mais vulnerável em que se situa os mais pobres com falta de recursos financeiros - do que pensar em garantir uma educação escolar igualitária, democrática e de qualidade para todos (GOMES, 2003).

Estamos atualmente vivendo em um mundo no qual se observam disputas de poder e do conhecimento, por isso que, com a descolonização dos currículos, isso pode contribuir na formação dos cidadãos críticos contra o sistema de organização baseada em desigualdades sociais entre branco e preto, rico e pobre e até em distintas classes sociais. Sendo que, um currículo emancipador contribui na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Neste cenário, se vê que a dependência total do Estado guineense do amparo externo, particularmente no sector da Educação, pode ser compreendida como uma carência da política em torno deste sector e de uma educação libertadora que promove o ensinamento da cultura e dos saberes dos diferentes grupos étnicos na Guiné-Bissau. Já que as histórias dos países europeus são mais ensinadas nas escolas em relação às lutas do povo guineense contra o processo da subjugação, exploração e ainda escravizado no seu território pelos colonizadores portugueses.

No momento em que os governantes ampliarem o direito à educação de forma democrática, o povo começará a questionar os currículos colonizados que estão contribuindo para a exclusão social. Isso porque possui conteúdos que não se relacionam com o contexto sócio-histórico e cultural deles, por isso pedem a inclusão das sugestões emancipatórias nos currículos que relacionam e dialogam com a cultura local, os saberes e as suas histórias (GOMES, 2012).

AS CAUSAS DA EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU

A evasão escolar na Guiné-Bissau é um fator muito alarmante que está ameaçando o futuro dos jovens e está ocorrendo cada vez mais na sociedade guineense, visto que, acontece tanto com as crianças, jovens e adultos em Bissau e em regiões povoadas por diferentes grupos étnicos em que muitas vezes as crianças abandonam a escola por ausência de apoio familiar. Já na camada juvenil e nos adultos também envolve a questão da inexistência do amparo dos pais, do casamento forçado, da circuncisão feminina e masculina, da gravidez precoce e do emprego, nomeadamente, em rapazes.

Por outro lado, se percebe que:

[...] a Guiné-Bissau tem um "nível anormalmente baixo de provisão escolar completa." Com 60% das crianças completando os seis anos do ensino básico, o país está longe de atingir o objetivo da educação para todos, que é, no entanto, considerado como o mínimo para alcançar a alfabetização sustentável. O abandono escolar é atribuível a três fatores em particular: (i) a entrada tardia na escola (as

crianças na Guiné-Bissau entram na escola em média quatro anos mais tarde do que a idade oficialmente especificada); (ii) repetição excessiva de alunos; e (iii) as poucas escolas que oferecem o ciclo primário completo de seis anos (apenas 25% das escolas). Além disso, a participação e o desempenho escolar são dificultados por frequentes greves de professores e instabilidade política (UNESCO, 2020, p. 6).

Nessa situação, nos permite constatar que a demora das crianças para ingressarem no ensino básico se torna um dos problemas preocupantes no sector de ensino guineense, na qual podemos dizer que está muito distante de alcançar o objetivo fundamental de proporcionar o acesso à educação para todos. E o abandono escolar é influenciado além destes fatores supramencionados, também está ligado à ausência de incentivo para a permanência, gravidez na adolescência ou maternidade, por causa da vergonha, pressão familiar, escolar, acima de tudo por parte dos amigos etc.

Ainda assim, vale salientar que o próprio Estado não está cumprindo o seu papel no que concerne à criação de infraestruturas escolares e para a implementação de políticas para uma educação inclusiva – respeitar a diversidade – equitativa e de qualidade para todos na Guiné-Bissau. Com base nisso, se vê que a zona leste do país é a região em que se encontram os números elevados de crianças fora do sistema educativo (N'TCHIGNA, 2017; INTERNACIONAL, 2017).

Na atualidade, conforme “A Ficha Informativa de Educação da Guiné-Bissau de 2021, do Ministério da Educação que faz avaliação do sistema educativo, também destaca que:

Aproximadamente três quartos (73 por cento) das crianças da Guiné-Bissau estão em boas vias de desenvolvimento infantil medido pelo indicador IDPI. Entre estas, as crianças que frequentam o pré-escolar tem uma vantagem em relação às outras e 79 por cento delas estão em boas vias de desenvolvimento. Apesar dos benefícios de se frequentar este nível de educação, a frequência é muito baixa no país (apenas 14 por cento). Ainda assim, ela é bastante mais alta entre as crianças que vivem em áreas urbanas (40 por cento) ou cujas mães frequentaram o ensino secundário (66 por cento). Para além de serem poucas as crianças que frequentam serviços de educação na primeira infância, são ainda menos as que iniciam a educação básica na idade certa. Pelo contrário, a distribuição etária no início da escolaridade obrigatória mostra que 44 por cento das crianças são pelo menos dois anos mais velhas do que a idade oficial de entrada na escola. Aos seis anos, idade oficial para o início da escolaridade obrigatória no país, menos da metade das crianças frequentam o ensino básico e 41 por cento estão fora da escola (UNICEF, 2021, p.25).

De acordo com as informações na literatura sobre essa temática, podemos descobrir “diversas causas para o abandono escolar, que podem estar relacionadas a aspectos socioeconômicos, causas relativas ao professor, causas relativas ao aluno, e causas relativas às práticas pedagógicas e institucionais”. Sendo estas e entre outras razões que influenciam a evasão escolar em todos os níveis de ensino público e privado (CASTELAR, et al. 2012, p. 3). Assim sendo, as causas relacionadas com aspectos socioeconômicos, podem ser compreendidas e associadas à pobreza, visto que muitas vezes, as crianças, jovens e adultos abandonam as escolas por razões de serem auxiliares, ou seja, um dos responsáveis pelo sustento da família em casa. De outro modo, envolve a questão cultural por motivos dos pais

não serem alfabetizados e com falta de motivação causa a interrupção dos estudos. A inexistência de boas condições de saúde, isto é, falta de saneamento básico e má nutrição, poucos postos sanitários para atender a demanda das famílias carentes.

Para Barroco (2015), uma das questões que influenciam a evasão escolar na Guiné-Bissau é sobretudo o fracasso escolar incluindo a escassez de recursos financeiros por parte dos pais e da alimentação inadequada o que implica a reprovação e a escassez de políticas públicas concernentes a educação promovida por parte do Estado. Isso, muitas vezes, pode ser entendido como falta de interesse em investir no ensino público.

Por outro lado, as crianças têm que aprender uma língua não materna – português – em ambiente escolar inapropriado, com metodologias pouco eficientes. Tudo isso contribui nas grandiosas taxas de evasão escolar e assim como na precariedade do sistema de ensino que não favorece um bom aproveitamento. Além disso, sem contar com poucas escolas de formação de professores no país para atender a demanda dos alunos de diferentes níveis de ensino. É relevante ressaltarmos que o desempenho do aluno na escola é influenciado por várias razões a saber:

Do ponto de vista individual, a escolha do nível educacional e o desempenho na escola podem ser influenciados por diversos fatores: as condições socioeconômicas do estudante, a compatibilidade do estudo com a inserção no mercado de trabalho [ver Filgueira, Filgueira e Fuentes (2000)], as condições econômicas e sociais da região onde vive, as suas características observadas, como idade e sexo, e as não-observadas, como talento, determinação e vontade de continuar estudando (LOPEZ DE LEON e MENEZES-FILHO, 2002, p. 418).

Como um problema que acontece em inúmeras escolas, sobretudo públicas, a evasão e o abandono escolar têm contribuído negativamente para o desligamento dos alunos e alunas das escolas por outros fatores, tais como econômicos, identitários, étnicos, saúde, gravidez precoce, casamentos forçados e assim por diante. Com essa situação, emerge o aumento do “analfabetismo”, do desemprego em massa e o elevado nível de pobreza que pode afligir o país.

Para reduzir o avanço deste problema é necessário construir alternativas nas práticas pedagógicas que vão provocar reflexões por parte dos professores para auxiliar no combate à evasão e ao abandono escolar crescente na Guiné-Bissau. Com um planejamento e estratégia eficaz, vai proporcionar com que futuramente os alunos possam concluir os estudos e contribuir para o desenvolvimento da nação e na produção do conhecimento embasado na história e na cultura do povo guineense. Aliás, criar ambientes de discussões e fortalecer a capacitação dos professores e gestores das escolas em busca de soluções possíveis para essa problemática (AURIGLIETTI, 2014).

Neste sentido, com a minimização desse problema na educação, pode favorecer o bem-estar econômico e social da população e o desenvolvimento do país afetado por sucessivas instabilidades políticas e governativas desde a proclamação da independência e até no presente momento. Por um lado, isso tem tudo a ver com a carência do investimento na área da educação por parte do Estado guineense. Dado que, após esse período a educação deixou de ser um dos sectores prioritários para os sucessivos governos, por conseguinte, influenciou no aumento do abandono e da evasão escolar no país.

No entanto, é preciso levarmos em consideração os fatores internos e externos que da mesma maneira contribuem diretamente para que a evasão e o abandono escolar continuem no sistema educativo guineense. Ainda se percebe que este processo é muito complicado, dinâmico e acumulativo, uma vez que nele se vê a saída em massa dos estudantes, por isso que, se não foram tomadas medidas sérias o sucesso dos alunos nas escolas transformará num fracasso escolar e será difícil o Estado guineense encontrar soluções viáveis para uma recuperação rápida dos alunos que abandonaram as escolas.

Nesta essência, Filho e Araújo (2017, p. 36) afirmam que:

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego.

Diante disso, para a universalização do ensino e erradicar o “analfabetismo” é necessário o governo criar políticas públicas de educação que garantem a permanência dos estudantes nas escolas e com condições necessárias para a formação dos professores e as instituições de ensino. Esta ação, contribui para pôr em prática medidas que assegurem o acesso à educação para todos os cidadãos e levar em consideração a diversidade cultural desses sujeitos, dessa forma contribuirá para redução do alto nível do “analfabetismo”, delinquência juvenil, criminalidades, desemprego etc.

Com um profundo handicap devido aos 40 anos de instabilidade institucional, o sistema educativo da Guiné-Bissau encontra-se numa situação crítica. Aproximadamente metade das crianças em idade de escolarização obrigatória encontra-se fora da escola, a culpa sendo sempre atribuída à raridade de estabelecimentos propondo uma escolaridade completa, provocando numerosos abandonos. Face aos imensos desafios, os meios financeiros à disposição do país parecem derrisórios. Do magro orçamento do Estado, a parte consagrada à educação é uma das mais fracas de África, obrigando as famílias à cobrir a maior parte das despesas de educação do país, enquanto 70 % da população vive abaixo do limiar da pobreza (UNESCO, 2016, p. 1).

É importante considerar que nessa situação, existem fatores externos e internos que fazem com que as crianças com idade de frequentar a escola encontram-se fora, como a doença, a reprovação, desmotivação pessoal e familiar, problemas no relacionamento. Contudo, as crianças que frequentam o ensino pré-escolar possuem mais vantagens em relação às outras que não frequentam tendo em conta várias circunstâncias.

Não obstante, é notável que as crianças do sexo masculino principalmente de 3 a 4 anos de idade são as que não frequentam a educação da primeira infância e constituem assim 86% e em relação as crianças do sexo feminino é observado que são menos afetadas e compõe 83% e isso pode ser entendido que as meninas têm mais vantagens de estar “em boas vias de desenvolvimento infantil” em relação aos meninos na Guiné-Bissau.

Diante disso, destaca-se duas razões ligadas a evasão escolar a saber:

Fatores (i) internos à escola: a baixa qualificação do professor, as práticas pedagógicas inadequadas para a realidade do aluno, má qualidade do ensino, a falta de vagas(...), a repetência, atraso escolar e a reprovação; e fatores (ii) externos à escola: renda familiar, dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo, falta de incentivo familiar, distância até a escola, gravidez precoce, uso de drogas,

violência, estrutura familiar, insuficiência alimentar, desinteresse e dificuldade de acompanhar os estudos (SHIRASU & ARRAES, 2015, p. 120).

Portanto, constata-se que o abandono escolar pode ser também o resultado da má-formação dos professores no decorrer das suas instruções para atuarem como profissionais no âmbito da educação, de forma a saberem lidar com todas as realidades que os alunos carregam em si, porque entre alunos existe enorme pluralidade de saberes, visto que são de comunidades diferentes e a educação familiar é totalmente diferente. Para minimizar esse abandono escolar, da mesma maneira a evasão escolar é necessário instituir as políticas públicas educacionais como mecanismo que incentiva a inclusão das crianças, jovens e adultos nas escolas.

EDUCAÇÃO: UMA PRÁTICA DE LIBERDADE E DE ENSINAR-APRENDER PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A educação se torna “prática de liberdade” quando no processo de ensino-aprendizagem o professor proporciona aos alunos a liberdade de trazerem as suas experiências cotidianas para serem discutidas na sala de aula, possibilitando que esses possam ter a capacidade de refletir e superar as divisões em várias vertentes que as nossas sociedades se encontram, principalmente no que se refere às questões raciais, de gênero e de classe social.

Ao levar isso em consideração no processo de ensino-aprendizagem, possibilitará aos alunos conseguirem o dom da liberdade para expressar sem anseio, aprender-ensinar e sentirem-se seguros na sociedade e buscar soluções para os problemas enfrentados.

Para Hooks (2013), a escola passa a ser relevante para a transformação social e das pessoas, quando estas possuem a liberdade de decidirem ser o que querem na vida e não o que as famílias ou a sociedade querem e também sentirem representados nos currículos educativos. Caso contrário, a “educação como prática da liberdade”, deixa de ter sentido para as crianças, porque oprime, mata os seus sonhos de aprender e violenta as mesmas de forma direta ou indireta. A partir disso, o gosto e amor pela escola culmina, visto que já não é espaço de aprendizado e de liberdade e nem outorga a aquisição dos saberes de forma desejada.

Quando na escola tudo o que é ensinado pertence a ideologia de uma classe social dominante, ou seja, de um povo que se considera superior ao outro por meio da tonalidade de pele, ou por discriminação racial, este último sofre logo o racismo e até é inferiorizada por outro. Nessa lógica, a educação passa a ter um potencial libertador quando os ensinamentos dos professores não reproduzem a segregação racial e nem reforçam os estereótipos contra um povo depreciado desde a invasão colonial em África e especialmente na Guiné-Bissau. Sendo assim, é importante destacar que existe multiplicidade de educação presente em cada povo.

Nesta mesma ideia Paulo Freire (2014, p.57) afirma que:

Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção.

Posto isto, constata-se que a educação que considera muitos graus de poder de conquista permite que o homem faça autorreflexão sobre a essência da humanização. Não obstante, é

importante analisarmos vários graus para melhor compreendermos a realidade “em seu condicionamento histórico-cultural”. Sendo que, uma educação que não nos dá o poder e a liberdade de refletir e decidir o nosso destino para guiar a nossa sociedade através da potencialidade que temos, logo, ela nos torna estática e além de tudo, permite qualquer homem pôr os seus interesses em primeiro plano sobre os dos outros sujeitos da comunidade.

Para Brandão (2007), ninguém está fora do processo educativo, seja formal ou informal, de toda forma o indivíduo aprende em qualquer lugar em que se encontra, sendo que está constantemente conectado com os outros sujeitos. Primeiramente, a educação começa no seio familiar com os nossos pais em casa, nos espaços de encontro que frequentamos como na escola, na rua, na igreja, assim também nos grupos de convivência etc.

No contexto guineense este processo não é diferente, dado que todas as ações praticadas na vida cotidiana estão diretamente conectadas com a educação, mas muitas vezes não se nota isso facilmente durante diferentes atividades realizadas em qualquer lugar. Por isso que na Sociologia, a interação social é um conceito que determina as relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos e grupos sociais. E isso refere-se a uma condição fundamental para o desenvolvimento e formação das sociedades. Por meio dos processos interativos, o ser humano se transforma num sujeito social que está ininterruptamente conectado com o outro.

DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS: PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

No âmbito guineense, pode-se dizer que a maioria dos currículos educacionais elaborados pelos profissionais da educação de forma genérica, não levam em consideração os conhecimentos locais relacionados à história, cultura, identidades étnicas e das contribuições de diferentes grupos étnicos durante a luta armada contra a invasão colonial na Guiné-Bissau. Mas, são incluídos nos currículos escolares os saberes eurocêntricos para serem ensinados pelos alunos nas escolas em todo território nacional. Isso mostra a permanência da exclusão dos saberes das outras raças consideradas inferiores nos currículos educativos.

No que concerne à nossa percepção sobre a descolonização dos currículos na educação guineense, entende-se que é um processo que exige a mudança, inclusão e a integração dos saberes nos currículos educativos para serem ensinados para os alunos nas escolas. Além disso, requer a obrigação de alternâncias epistemológicas e políticas e da implementação dos conhecimentos historicamente excluídos nos currículos educacionais.

Uma vez que o currículo pode ser compreendido como um território em disputa no qual se observa a marginalização dos saberes populares nos currículos educacionais.

Numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação(...), concordo com o fato de que esse olhar é um alerta importante. A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. No entanto, devemos ir mais além (GOMES, 2012, p. 104).

Não obstante, quando se fala da “descolonização dos currículos e rupturas epistemológicas”, não significa aniquilar os conhecimentos eurocêntricos nos currículos. Porém, é necessário

com que os outros saberes invisibilizados estejam juntos no currículo escolar, possibilitando com os grupos sociais e alunos tenham diferentes cosmopercepções. Por um lado, facilita os mesmos a reconhecerem a existência de outros conhecimentos que estão fora das instituições de ensino. Como por exemplo, os saberes populares oriundos da África e em outros países produzidos por anciãos e repassados de geração em geração. Dessa forma, permite a pluralidade de saberes.

No contexto guineense, podemos dizer que a fraca eficiência do ensino secundário que é um problema preocupante também está relacionada:

a ausência de um currículo uniformizado, que deveria servir de referência e de base para monitorizar todas as ações de desenvolvimento deste ciclo. Com efeito, a ausência de currículo uniformizado tem como consequência o facto de cada liceu funcionar de acordo com o seu próprio programa de ensino e ter os seus próprios manuais escolares (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DA GUINÉ-BISSAU, 2017, p. 12).

Fundamentado nisso, fica difícil o programa de ensino ter um currículo semelhante para cada escola e isso pode ser influenciado por razão da carência da estruturação do sector, torna-se mais complexo organizar uma formação de qualidade de professores do ensino secundário. Visto que não há diretrizes óbvias acerca do que deverão ensinar para os alunos após serem colocados nas escolas. Outra questão relevante a destacar é a escassez de formação, que tem por efeito verificado que nem todos os professores que lecionam nos liceus têm a formação na área.

De outro modo, o processo de descolonização dos currículos não é tarefa fácil, uma vez que exige muita disputa política, ideológica e econômica dentro de qualquer sistema educativo em que se pretende fazer essa mudança de paradigma epistemológica. Esse processo admite a existência de vários saberes na educação para oportunizar aos estudantes adquirirem inúmeros ensinamentos sobre a diversidade dos conhecimentos e das práticas culturais dos outros povos. Essa perspectiva de ensino, abre espaço de debate através de um olhar crítico que dá autonomia aos professores educarem os alunos na concepção da educação intercultural e decolonial.

Nesta acepção, Rizzo e Marques (2020), salientam que é necessário estabelecer um rompimento com o sentido da colonialidade curricular nos sistemas de ensino e criar ruptura com a lógica dominante que apenas admite a permanência dos conhecimentos eurocêntricos nos currículos e não aceita o ensino da pluralidade de saberes, sobretudo dos povos africanos.

A descolonização curricular exige a inclusão de vários tipos de conhecimentos e sem inferiorização, proporcionando a liberdade em forma de pensar e produzir saberes, onde não haverá a hierarquização entre as formações escolares e acadêmicas com as experiências de vida e do saber popular produzido fora do espaço formal educativo. Também permite o desenvolvimento dos currículos contra-hegemônicos no sentido de permitir mais justiça social e curricular, possibilitando o respeito à diversidade cultural na educação baseado na reconstrução e o reconhecimento dos saberes invisibilizados (CAVALCANTE & MARINHO, 2019).

A descolonização dos currículos direciona-se contra a tendência dominante do conhecimento e da cultura branca-ocidental sobre as outras percepções do mundo e dos saberes de povos

não europeus tidos como irrelevantes e não científicos e desvalorizados nos espaços acadêmicos muitas vezes por profissionais de educação. Essa imposição de fora, influenciou negativamente no sistema educativo da maioria dos países em vias de desenvolvimento em que os seus currículos escolares estão experimentando alterações indesejáveis pelas autoridades locais, dado isso se vê que são exigências nomeadamente dos países do Norte global.

Mas para elaboração dos currículos escolares, deve-se levar em consideração a diversidade cultural e a história local de cada nação onde se encontra a escola. De outro lado, é relevante entender que os alunos possuem traços culturais, comportamentos, experiências de vida e aprendizados distintos, diante disso, o docente deve levar esses elementos em conta no sentido de evitar a exclusão dos saberes produzidos pelos diferentes grupos étnicos em detrimento dos conhecimentos ocidentais mais verificados nos currículos. Por isso que a proposta de descolonizar os currículos busca criar novas pautas que relatam as histórias dos oprimidos e desconstruir imagens negativas do pensamento ocidental sobre a África (FLÓRIO, 2018).

Por conseguinte, o próprio ensino e o papel dos docentes nas distintas instituições escolares na Guiné-Bissau e em outros países vem tendo uma discussão de relevância que está ganhando espaço e de chamada de atenção sobre as futuras consequências que a educação está sofrendo por razões da globalização. Similarmente envolvendo o processo da evolução tecnológica que está gerando impactos negativos e positivos em vários países. Entretanto, cuja a educação familiar e o sistema escolar de ensino estão conectadas com as práticas sociais e culturais dos diferentes grupos étnicos que possibilita ao aprendizado mútuo entre os mais velhos e as crianças de forma oral.

As exigências do Norte global sobre as políticas educacionais globais nos mostram como esses países pretendem homogeneizar os saberes e colocando os conhecimentos euro-americanos como universais por meio das influências dos avanços tecnológicos sobre alguns países do Sul global considerados frágeis e de dependência financeira. Desta forma, se aproveitando dessa fraqueza para expandir as ideologias euro-americanas nessas nações com histórias, políticas e culturas distintas. Tudo isso está ligado com a globalização e transformação educacional, abrangendo a “teoria da cultura mundial, a economia política internacional, a teoria do empréstimo de políticas, o enfoque da mobilidade das políticas” (VERGER, 2019).

Considerações finais

Tendo em conta o propósito do trabalho que é fazer análise do sistema educativo e procurar compreender as razões da evasão e abandono escolar. Salienta-se de certa forma que as narrativas históricas que destacamos sobre o sistema educativo guineense, considera-se que as tensões sociais averiguadas após a proclamação da independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, a partir desse período, inaugurou-se as sucessivas situações de golpes de Estado que mergulharam o país no caos e de instabilidades governativas.

De acordo com a análise e discussão dos dados obtidos durante a pesquisa, concluiu-se que a fragilidade do sistema educativo no país tem a ver com o pouco investimento na educação, formação dos professores e a falta de infraestruturas escolares adequadas no país para o funcionamento do ensino de qualidade. Em outros aspectos, a ausência do diálogo entre

atores políticos de diferentes partidos, no qual colaborou para o fracasso do sistema educacional na Guiné-Bissau, o que passa a não estar na agenda política dos governantes guineenses.

Perante o clima de inconstância política que atrapalhou todo o funcionamento das instituições estatais, sobretudo aquelas que atuam no âmbito educacional, enfraqueceu também o sistema de ensino e o desempenho dos docentes por causa dos salários atrasados e as vezes não remunerados, isso contribui diretamente no aprendizado dos alunos e influência na reprovação e na evasão escolar. Outra questão importante a ressaltar, é que os professores enfrentam péssimas condições de trabalho, o que acaba gerando algumas práticas ilegais cometidas por alguns docentes durante o processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, com as constantes tensões que se observam no país são encaradas outrora de que é a falta do entendimento entre distintas formações políticas que a todo custo querem chegar no poder e governar para uma minoria de classe social, em vez de atender a demanda do povo. Diante desses cenários, o índice de “analfabetismo” da população guineense continua alto, porque a educação não é considerada como prioridade pelos governantes guineenses.

Por conseguinte, o pagamento do salário, melhoria das condições de trabalho dos professores e infraestruturas educacionais são componentes basilares para manter o ensino em bom funcionamento. Os países da sub-região ultrapassaram essas questões acima mencionadas sobre a educação, sobretudo no que concerne a valorização da carreira docente, enquanto que na Guiné-Bissau continuam sendo grandes problemas e ainda é um grande desafio para o Estado. E as greves constantes e instabilidade política, continuam dificultando o desempenho escolar dos alunos.

Em suma, é notável a escassez das políticas públicas educacionais e a precariedade do ensino-aprendizagem nas escolas, incluindo a enorme corrupção, constantes golpes de Estado uma vez que o Presidente eleito democraticamente não conseguia terminar o mandato conforme a constituição (exceto José Mário Vaz), mediante a falta de transparência política e de liberdade de expressão, o que impediu o desenvolvimento socioeconômico, redução da pobreza e do enfraquecimento dos apoios à Guiné-Bissau no âmbito da educação, saúde, segurança alimentar etc.

Referências bibliográficas

APPLE. Michael. Ideologia e currículo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

AURIGLIETTI, Rosangela Cristina Rocha. Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas—o combate à evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. Cadernos PDE, v. 1, p. 1-22, 2014.

BARROCO, Sonia Mari Shima. Fracasso escolar na Guiné-Bissau: contribuições da educação e da psicologia brasileira – UEM-Brasil. Agência Financiadora: CAPES, 2015.

BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro. Menezes, Adriano Sarquis B. de. et al. (organizadores). Em debate, Economia Ceará. Fortaleza: IPECE, 2012. 263 p. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2015/02/ENCONTRO_ECONOMIA_CEARA_EM_DEBATE_2012.pdf#page=33> Acesso em 14 de novembro de 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. - - (Coleção primeiros passos; 20).

CÁ, Lourenço Ocuni. A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado. Cuiabá: EdUFMT/CAPES, 2008.

CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). Revista Online Professor Joel Martins, Campinas, SP, V. 2, n. 1, out, 2000.

CAVALCANTE, Valéria Campos; MARINHO, Paulo. A descolonização curricular em uma escola quilombola—uma possibilidade de maior justiça curricular e social. Revista eCurriculum, v. 17, n. 3, p. 963-989, 2019.

DE CARVALHO CASTELAR, Pablo Urano; Monteiro, Vitor Borges; Lavor, Daniel Campos. Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no estado do Ceará. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012, 1: 33.

DE SOUZA RIZZO, Jakellinny Gonçalves; DE SIQUEIRA MARQUES, Eugênia Portela. O deslocamento epistêmico trazido pelas DCNERER e a formação inicial de professores. Revista de Educação Pública, v. 29, 2020.

FATI, Calilo. Guiné-Bissau: a educação para a liberdade (1963-1973). Revista Café com Sociologia, 2018, 7.1: 62-72.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra, 2014.

FLÓRIO, Marcelo. Descolonização do currículo: a inserção da cultura africana e afro-brasileira no ensino de jovens e adultos. Revista Educação-UNG-Ser, v. 13, n. 1, p. 105-117, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 23, p. 75-85, 2003.

GUINÉ-BISSAU. Educação. Fichas técnicas | 2021. UNICEF.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade: tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INTERNACIONAL, Plan. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/23-das-criancas-da-guinebissau-estao-fora-do-sistema-educativo-formal---relatorio-8615538.html>> Acesso em 13 de novembro de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE, 2020). Disponível em: <https://www.statguinebissau.com/>> Acesso em 27 de novembro de 2021.

LOPES, Catarina - Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá, Guiné-Bissau (2004-2006) [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1005>](http://hdl.handle.net/10071/1005).

LOPEZ, F. L.; MENEZES, N. A. Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, n. 32, 2002.

MENDES, Leonel Vicente. (DES) CAMINHOS DO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE: avanços, recuos e perspectivas. Editora CRV. 1a edição, 2019, p. 242.

MENDES, Leonel Vicente. (E-BOOK) A ESCOLARIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE QUADROS NAS REGIÕES LIBERTADAS DA GUINÉ-BISSAU: uma perspectiva histórica (1963-1973). Editora Brazil Publishing, 2021, p. 93.

MEYER, John W.; Kamens, David; Benavot, Aaron. Conhecimento escolar para as massas: modelos mundiais e categorias curriculares primárias nacionais no século XX. Routledge, 2017.

Ministério da Educação e Ensino Superior da Guiné-Bissau. Plano Sectorial da Educação. (2017-2025). Disponível em: <https://fecong.org> > pdf > PlanoSectorialEducacao. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

MORGADO, José Carlos; SANTOS, Júlio; SILVA, Rui da. Currículo, memória e fragilidades: contributos para (re) pensar a educação na Guiné-Bissau. Configurações. Revista de sociologia, n. 17, p. 57-77, 2016.

N'TCHIGNA, M'bana. A educação no processo de libertação da Guiné-Bissau: a percepção de Amílcar Lopes Cabral. / M'Bana N'Tchigna. - 2017.74f.

OLIVEIRA, Amurabi. Repensando a Sociologia da Educação no Brasil: ações afirmativas e teorias do sul. Revista de Sociología de la Educación-RASE, v. 11, n. 1, p. 59-69, 2018.

República da Guiné-Bissau. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 2010). Disponível em: < <https://fecong.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf> > Acesso em 27 de novembro de 2021.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes. 2012 - acervo.paulofreire.org

SANTOS, Edméa; Ramal, A. C. Currículos: teorias e práticas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Educação como direito. Revista Guineense de Educação e Cultura—o estado na educação na Guiné-Bissau, n. 1, 2011. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; DE LIMA ARAÚJO, Ronaldo Marcos. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação por escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SHIRASU, Maitê Rimekká et al. Determinantes da evasão e repetência escolar no ensino médio do Ceará. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, n. 4, p. 117-136, 2015.

THOMAZ, Lurdes; Oliveira, R. de C. A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo. Dia-a-dia Educação, p. 1-25, 2009.

UNESCO. Em Guiné-Bissau, o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído. Guiné-Bissau, Novembro de 2016 – Nota País 26.

UNESCO. Avaliação Sumativa da Iniciativa "Escolas Amigas das Crianças (EAC)" na Guiné-Bissau (2011-2019). Relatório Final. Guiné-Bissau. Janeiro 2020.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. Revista Práxis Educativa, v. 14, n. 1, 2019.